

**10 ANOS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA PIBID: A
TRAJETÓRIA DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA**

**10 YEARS OF THE TEACHING INITIATION PROGRAM PIBID: THE
TRAJECTORY OF A BRAZILIAN EDUCATIONAL POLICY**

Carla Patrícia Quintanilha Corrêa¹

Resumo

Este artigo objetiva apresentar a trajetória de desenvolvimento de um dos mais notáveis programas voltados à formação docente no cenário brasileiro atual: o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Criado em 2007, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o PIBID completou 10 anos de existência, e as pesquisas de Bernardete Gatti e colaboradores (2014) e de Marli André (2017) apontam suas contribuições na formação inicial e continuada de professores, na aproximação entre universidade e escola de educação básica, na reestruturação curricular de muitos cursos de licenciatura, na adoção de metodologias inovadoras em muitas escolas e na permanência dos egressos do programa na docência da rede pública de ensino. A fim de apresentar a trajetória do PIBID, inicialmente aborda-se sua concepção pedagógica e um breve histórico do seu surgimento e crescimento e de suas normas de operacionalização. A seguir, o processo de dificuldades enfrentado pelo PIBID é analisado, bem como as perspectivas que se apresentam com a remodelação do programa, abrindo um horizonte de incertezas

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)/Programa de Pós-Graduação em Educação, Juiz de Fora/MG e Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM)/RJ, Brasil – carlapqcorrea@hotmail.com.

diante dos rumos do PIBID na atualidade.

Palavras-chave: PIBID, política educacional, formação docente.

Abstract

This article aims to present the development trajectory of one of the most notable programs aimed at teacher education in the current Brazilian scenario: the Institutional Program of the Initiation to Teaching Grant (PIBID). Created in 2007, within the scope of the Coordination of Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), PIBID completed its 10 years of existence and the researches of Bernardete Gatti and collaborators (2014) and Marli André (2017) indicate their contributions in initial training and the continuation of teachers, the approximation between university and school of basic education, the curricular restructuring of many undergraduate courses, the adoption of new methodologies and the permanence of the graduates of the program in the teaching of the public school system. In order to present the trajectory of the PIBID, initially it approaches its pedagogical conception and a brief history of its emergence, growth and its norms of operationalization. Next, the process of difficulties faced by PIBID is presented, as well as the perspectives that are presented with the remodelling of the program, opening a horizon of uncertainties in the direction of PIBID today.

Keywords: PIBID, educational policy, teacher training.

1. Introdução

No cenário da formação docente brasileira, muitos desafios se apresentam, como a fragilidade das propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial, a falta de organicidade nas propostas de formação continuada, a distância entre o ambiente da formação inicial nos cursos de licenciatura e a realidade das escolas de educação básica. Como forma de enfrentar essa conjuntura, o governo federal propôs iniciativas que incidissem no contexto adverso da formação docente, buscando transformá-la. O

Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) constitui uma dessas propostas. Criado em 2007, seu êxito vem sendo atestado pelos participantes do programa e por muitas pesquisas na área (Gatti *et al.*, 2014; André, 2017; Corrêa, 2017).

O PIBID funciona a partir do desenvolvimento de atividades pedagógicas por um licenciando em uma escola da rede pública de educação básica, de acordo com a área de conhecimento da licenciatura cursada. É chamado de bolsista de iniciação à docência o licenciando que participa do programa e recebe uma bolsa mensal de auxílio financeiro. Um professor do curso de licenciatura do licenciando, chamado de coordenador de área e um professor da escola, denominado de supervisor, acompanham a atuação do bolsista de iniciação à docência no programa. Além deles, há ainda um professor da licenciatura responsável pela administração do programa junto à CAPES, chamado de coordenador institucional e outro professor que o auxilia na administração, denominado de coordenador de área de gestão de processos educacionais. Os professores participantes do programa também recebem uma bolsa mensal (Brasil, 2013).

Diante da representatividade do PIBID no campo da formação docente brasileira em pouco tempo de existência – 10 anos –, este artigo objetiva apresentar sua trajetória de desenvolvimento. Para isso, 1) reunimos os princípios pedagógicos que embasam a concepção de formação docente veiculada no programa; 2) empreendemos uma breve retrospectiva do seu processo de desenvolvimento por meio da legislação referente ao PIBID e apresentamos os números de seu crescimento ao longo dos anos, o que evidencia sua repercussão positiva entre as instituições educacionais; 3) apresentamos ainda dois estudos que indicam as contribuições do programa em diversos aspectos de análise; e 4) fazemos referência ao contexto de adversidades enfrentado pelo PIBID nos últimos anos, culminando em sua remodelação no início de 2018.

Esperamos, com este artigo, anunciar uma das mais promissoras experiências no campo da formação docente brasileira, bem como alertar quanto aos riscos enfrentados pelo PIBID na contemporaneidade.

2. A concepção pedagógica preconizada no PIBID

Dentre as iniciativas contemporâneas de fortalecimento da formação docente no Brasil, destacamos o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). O contexto de criação do PIBID está ligado à reformulação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Instituída pelo Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951, com a função de promover o aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, a CAPES passou por transformações ao longo dos anos (Gouvêa, 2012). A mais recente delas ocorreu por meio da Lei n.º 11.502, de 11 de julho de 2007, que criou a Nova CAPES, que passou a abarcar também o aperfeiçoamento dos profissionais da educação básica através de ações de formação inicial e continuada e de valorização do magistério, seja na educação básica ou superior.

Para atingir suas metas voltadas à educação básica, a Nova CAPES criou a Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB), em 2007, que lançou vários programas nessa direção, como o PIBID. Ainda que haja críticas quanto ao caráter pontual e à incapacidade dos principais programas de formação docente da CAPES solucionarem os já estruturais problemas educacionais brasileiros (Neto, 2016), é inegável a notoriedade que essas ações da DEB alcançaram em relação à educação básica e à educação superior.

Certamente, um dos programas mais propalados em termos de resultados positivos é o PIBID. Idealizado pelo então presidente da CAPES, o Prof. Jorge de Almeida Guimarães (Brasil, 2015), o programa foi lançado em 2007, pouco tempo depois da reformulação da CAPES, a fim de voltar-se à formação inicial e continuada de professores da educação básica.

De acordo com o Relatório de Gestão da DEB 2009-2014, a formação de professores no âmbito do PIBID não é concebida como instrumentação para a docência, mas vai além, ao pautar-se na “orientação reflexivo-crítica-ativa do trabalho docente desencadeada pelo pensar a ação, pela proposição e embate de ideias, pelo protagonismo e pelo reconhecimento do valor da interatividade de diferentes sujeitos na formação” (Brasil, 2015, p. 66). Dessa forma, o eixo orientador da formação, segundo o mesmo Relatório, está na interação dos saberes dos participantes do

programa: os conhecimentos prévios sobre a atividade docente dos bolsistas de iniciação à docência, os conhecimentos teórico-práticos construídos pelos anos de experiência na docência na educação básica dos supervisores e os conhecimentos provenientes da atividade de pesquisa e da experiência acadêmica dos coordenadores de área.

O diálogo preconizado na matriz pedagógica do PIBID torna-se o potencializador para a modificação das concepções dos sujeitos que estão implicados no processo, constituindo um dos princípios do programa (Brasil, 2015). O objetivo de colaborar para a (re)construção de uma nova cultura educacional está pautado, portanto, em pressupostos teórico-metodológicos que articulam teoria-prática, universidade-escola e formadores-formandos (Brasil, 2015).

Outro princípio importante no programa é o da autonomia dos licenciandos em relação ao seu processo de iniciação à docência. Assim, o programa assume uma concepção de horizontalidade das relações entre bolsistas de iniciação à docência, supervisores e coordenadores de área.

O Relatório de Gestão da DEB 2009-2014 esclarece que o PIBID se diferencia do Estágio Supervisionado, obrigatório nos cursos de Licenciatura. Por ser uma proposta extracurricular, a carga horária destinada ao programa é superior à do Estágio, havendo possibilidade de que até mesmo os ingressantes nos cursos nela participem. Além disso, no PIBID é esperado que as atividades propostas aos bolsistas de iniciação à docência extrapolem a observação do cotidiano escolar, envolvendo os diversos aspectos pedagógicos da escola.

Fundamentando os princípios e a concepção do PIBID encontramos diversos autores reconhecidos por suas contribuições ao campo educacional, tais como António Nóvoa, Donald Schön, Selma Pimenta, dentre outros (Brasil, 2015, p. 66).

3. Processo de desenvolvimento do programa

O desenvolvimento do PIBID vai se dando ao longo dos anos por meio do lançamento de editais específicos para as instituições que poderiam concorrer à entrada no

programa. Nesse processo, uma série de portarias e o Decreto n.º 7.219, de 2010, exercem importante papel na normatização do programa.

O primeiro edital do PIBID, de 12 de dezembro de 2007 – Edital MEC/CAPES/FNDE n.º 01/2007, em consonância com a Portaria Normativa n.º 38, de 12 de dezembro de 2007 –, contemplava os licenciandos de instituições federais de educação superior e objetivava incentivar a formação de professores especialmente para o ensino médio. As instituições federais interessadas deveriam enviar um projeto institucional a ser avaliado pela CAPES, que, uma vez aprovado, concederia uma bolsa mensal aos licenciandos para realização de atividades de ensino-aprendizagem em escola pública conveniada ao programa. Havia também uma bolsa mensal destinada aos professores da instituição de ensino superior (IES), chamados coordenador do projeto e coordenador por área do conhecimento, e ao professor da escola de educação básica, denominado supervisor. Além dessas bolsas, o projeto institucional contaria com uma parcela de custeio destinada à execução do projeto.

Para serem selecionados, os projetos institucionais seriam avaliados de acordo com o mérito de sua proposta de iniciação à docência. O edital previa ainda a priorização dos seguintes níveis de ensino e áreas do conhecimento na seguinte ordem:

- a) para o ensino médio: i) Licenciatura em física; ii) Licenciatura em química; iii) Licenciatura em matemática; e iv) Licenciatura em biologia; b) para o ensino médio e para os anos finais do ensino fundamental: i) Licenciatura em ciências; e ii) Licenciatura em matemática; c) de forma complementar: i) Licenciatura em letras (língua portuguesa); ii) Licenciatura em educação musical e artística; e iii) demais Licenciaturas. (Brasil, 2007, p. 7)

Portanto, o ensino médio seria priorizado nas áreas de Física, Química, Matemática e Biologia. De acordo com o Relatório de Gestão da DEB 2009-2014, essa prioridade no atendimento pode ser explicada pela carência de professores nessas disciplinas no cenário educacional brasileiro. O edital ainda estabelecia que seria dada prioridade na

seleção a projetos que privilegiassem licenciandos provenientes da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Ao longo do ano de 2008, quatro relações foram divulgadas com as instituições federais aprovadas. Contudo, o programa não iniciou suas atividades nesse ano, pois, “no início de 2009, apenas o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid tinha recursos próprios da Capes, mas seus descritores no PPA (Plano Plurianual) e na LOA (Lei Orçamentária Anual) limitavam sua implementação e o programa ainda não se concretizara” (Brasil, 2015, p. 12).

Em 25 de setembro de 2009, um segundo edital é lançado – Edital da CAPES n.º 02/2009, em decorrência da Portaria n.º 122, de 16 de setembro de 2009. Esse edital estava destinado a instituições federais e estaduais de ensino superior, ampliando a oferta limitada a instituições federais do primeiro edital. Outra diferença aparece na nomenclatura utilizada para o professor do ensino superior responsável pela coordenação do projeto na instituição, antes chamado de *coordenador do projeto* e, no segundo edital, de *coordenador institucional*. Além disso, o primeiro edital não fazia menção ao valor da bolsa do licenciando, o que é discriminado no segundo edital como sendo de R\$ 350,00, enquanto permanece o valor da bolsa dos professores das IES (R\$ 1200,00) e do professor da educação básica (R\$ 600,00).

O segundo edital ainda prioriza o ensino médio, mas insere outras áreas do conhecimento além das mencionadas como prioritárias no primeiro, como Filosofia, Sociologia, Letras-Português, Pedagogia ou áreas interdisciplinares (Brasil, 2009). Quanto ao bolsista de iniciação à docência, o segundo edital define 30 horas de dedicação ao programa, retirando o critério de trajetória escolar na educação básica pública e de renda familiar específica presente no edital anterior. Uma característica marcante do segundo edital é o detalhamento das funções dos bolsistas de iniciação à docência, do coordenador institucional, do coordenador de área de conhecimento e do supervisor, o que faltou no primeiro edital.

De acordo com o Relatório de Gestão da DEB 2009-2014, o edital lançado em 2007 concedeu 3088 bolsas, ainda que o programa não tenha sido iniciado. Já no edital de 2009, foram concedidas 10 606 bolsas, que, somadas às já concedidas em 2007,

totalizaram 13 694 bolsas (Brasil, 2015). Essa significativa expansão no número de concessões em tão pouco tempo indica uma aceitação crescente do programa, constatada na busca das IES de aderirem ao PIBID.

Em 2010, foi lançado o Edital da CAPES n.º 18/2010, em consonância com a Portaria n.º 72, de 9 de abril de 2010, especificamente para instituições públicas municipais de ensino superior e universidades e centros universitários comunitários, confessionais e filantrópicos. Ainda no mesmo ano, é lançado o Edital Conjunto n.º 2/2010 CAPES/Secad, voltado à concessão de bolsas para os cursos de Licenciatura para Educação do Campo e Licenciatura para a Educação Indígena, aprovados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad – no âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (PROLIND). Nesses editais, as atribuições de bolsistas de iniciação à docência, de coordenadores institucionais e de área e de supervisores permanecem basicamente as mesmas do edital lançado em 2009.

Um passo muito importante no sentido de tornar o programa uma política de Estado, e não de Governo, foi o Decreto n.º 7.219, de 24 de julho de 2010, que dispõe sobre o PIBID, indicando seus objetivos de funcionamento, os sujeitos que dele fazem parte com suas funções, as modalidades de bolsa concedidas, as instituições que podem integrar o programa, dentre outros aspectos.

O decreto publicado em 2010 sinaliza “a preocupação do Ministério da Educação com a institucionalização do programa, com sua consolidação e com sua continuidade na agenda das políticas públicas educacionais” (Brasil, 2015, p. 64), objetivando que o PIBID “seja uma política de Estado voltada para formação de professores” (p. 64).

Ao final de 2010, uma nova portaria foi lançada, a Portaria n.º 260, de 30 de dezembro de 2010, apresentando normas gerais para o PIBID. A partir deste documento, foi lançado o Edital n.º 1/2011 para instituições públicas de ensino superior (IPES), no qual não estão especificadas as atribuições dos professores e licenciandos participantes do programa, mas apenas os valores das bolsas concedidas.

A partir desse edital, nenhuma prioridade em termos de nível de ensino ou área de

conhecimento é estipulada como critério de elegibilidade dos projetos institucionais submetidos. Outra questão importante diz respeito ao acréscimo do *coordenador de área de gestão* entre os professores das IES participantes do programa. A Tabela 1 evidencia o crescimento do programa ao longo dos editais lançados de 2009 a 2011.

Tabela 1. Principais números do PIBID 2009-2011

	2007	2009	2010	2010	2011	Total
	IFES	IPES	Comunitárias	Diversidade	IPES	
Bolsista de Iniciação à Docência	2326	8882	2441	1422	9104	24 175
Coordenador Institucional	43	51	30	20	102	246
Coordenador de Área	216	506	135	63	752	1672
Coordenador de Gestão	0	0	0	0	102	102
Supervisor	503	1167	414	277	1450	3811
Total	3088	10 606	3020	1782	11 510	30 006

Fonte: Adaptado pela autora (Brasil, 2012, p. 9).

Como a Tabela 1 indica, se considerarmos a primeira concessão de bolsas em 2007 para instituições federais de ensino superior (IFES) (ainda que o PIBID não tenha iniciado suas atividades) até a concessão de 2011 para instituições públicas de ensino superior (IPES), é significativo o aumento de concessões, saindo do quantitativo inicial de 3088 bolsas para 30 006 bolsas concedidas ao todo. Em 2012, o Edital n.º 11/2012 da CAPES amplia a possibilidade de participação no programa, pois é destinado a instituições de Ensino Superior públicas, filantrópicas, confessionais ou comunitárias não participantes do PIBID e instituições já participantes que poderiam apresentar proposta de alteração do seu projeto institucional.

Em 2013, é lançado o Edital n.º 61/2013 da CAPES, direcionado a IES públicas e privadas, com e sem fins lucrativos. Em se tratando de IES privadas com fins lucrativos, houve a exigência de que os cursos de Licenciatura envolvidos no projeto tivessem

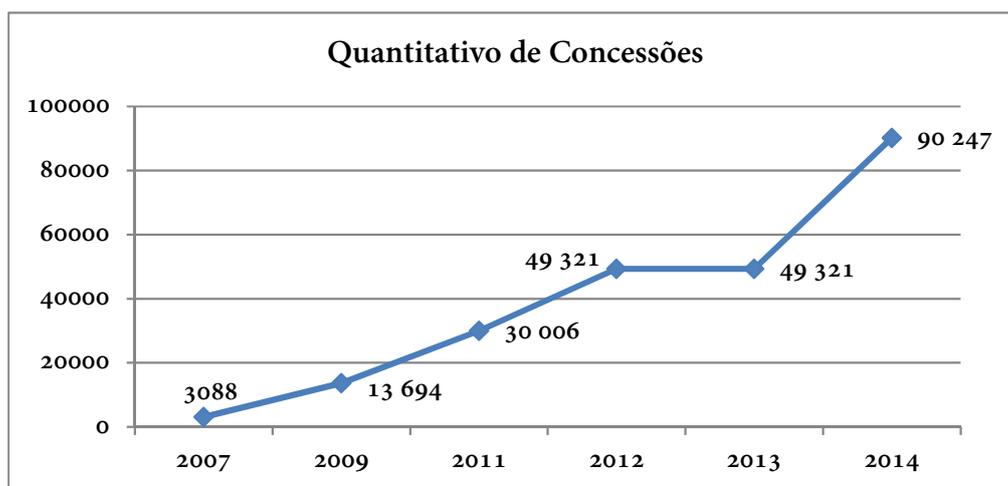
alunos do Programa Universidade para Todos (ProUni). O papel do coordenador de área de gestão é indicado nesse edital como sendo “o professor da IES que auxilie na gestão do projeto institucional” (CAPES, 2013, p. 3). O edital fixa os valores mensais a serem recebidos pelos participantes. Para os bolsistas de iniciação à docência, o valor fixado foi de R\$ 400,00; para os supervisores, R\$ 765,00; para os coordenadores de área e para os coordenadores de área de gestão, R\$ 1400,00; e para os coordenadores institucionais, R\$ 1500,00.

Também em 2013, é lançado outro edital do PIBID – Diversidade – Edital n.º 66/2013 da CAPES –, objetivando selecionar projetos institucionais voltados à formação inicial de professores para o exercício da docência nas escolas indígenas e do campo. Para tanto, o edital da CAPES disponibilizava 3000 bolsas a estudantes de cursos de Licenciatura na Área Intercultural Indígena e de Educação do Campo e a professores envolvidos no programa, além de recursos de custeio direcionados à execução das atividades propostas.

O Relatório de Gestão da DEB 2009-2014 informa ainda que, em relação ao quantitativo de bolsas existentes em 2014, houve um decréscimo de 7 concessões devido a um projeto não implementado. Portanto, o número preciso de bolsas vigentes no ano de 2014 é de 90 247 (Brasil, 2015, p. 82).

O Gráfico 1 apresenta a trajetória de crescimento do programa desde seu lançamento. Se o número de concessões permanece insuficiente diante do quantitativo total de licenciandos no País, é significativo constatar o esforço empreendido por parte dos responsáveis pela política pública visando à maior abrangência do programa.

Gráfico 1. Quantitativo cumulativo de concessões de bolsas no intervalo de 2007 a 2014



Fonte: Elaboração da autora.

A análise do Gráfico 1 evidencia o crescimento significativo do programa ao longo de poucos anos de existência, iniciando com o quantitativo de 3088 bolsas em 2007 e totalizando 90 247 bolsas em 2014, cumulativamente. O quantitativo crescente de participantes permite constatar que há uma avaliação positiva dos que já integram o PIBID, permanecendo nele, bem como o interesse crescente de outras IES de também participarem.

3.1. Operacionalização do PIBID

De acordo com o Relatório de Gestão da DEB 2009-2014, o Edital n.º 61/2013 da CAPES está em consonância com a Portaria da CAPES n.º 96, de 18 de julho de 2013, que foi construída a partir da consulta pública aos coordenadores do programa, a fim de regulamentar o PIBID. “Essa portaria dá ênfase à perspectiva pedagógica da formação, convidando as instituições a elaborarem seus projetos primando pela excelência pedagógica e pela diversificação das práticas formativas para a profissionalização dos futuros professores” (Brasil, 2015, p. 64).

A Portaria n.º 96/2013 da CAPES, legislação relativa ao PIBID atualmente em vigor, estabelece os seguintes objetivos para o programa: incentivar a formação de professores para a educação básica; contribuir para a valorização da profissão; qualificar a formação

inicial de professores; proporcionar aos licenciandos variadas experiências no cotidiano escolar; tornar os professores das escolas coformadores de novos professores; contribuir para a articulação entre teoria e prática; propiciar a inserção dos licenciandos na cultura escolar.

São participantes do PIBID, segundo a mesma portaria, o bolsista de iniciação à docência, o coordenador institucional, o coordenador de área, o coordenador de área de gestão de processos educacionais e o professor supervisor. O bolsista de iniciação à docência deve dedicar-se à realização de atividades de ensino-aprendizagem com alunos da escola de educação básica para onde for designado. O coordenador institucional é o professor da IES responsável pelo programa perante a CAPES, acompanhando as atividades do primeiro. Já o coordenador de área de gestão de processos educacionais é o professor da IES responsável por auxiliar o coordenador institucional na gestão do projeto. O coordenador de área também é professor da IES e está diretamente envolvido no acompanhamento dos bolsistas e no diálogo com as escolas de educação básica atendidas pelo programa. E, finalmente, o supervisor é o professor da escola de educação básica responsável por acompanhar o licenciando em sua iniciação à docência (Brasil, 2013). Todos os participantes do PIBID recebem uma bolsa mensal de auxílio financeiro diretamente da CAPES.

O professor que atua em cursos de Licenciatura acompanha o licenciando no planejamento, organização e execução das atividades de iniciação à docência. Dentre os deveres do coordenador de área presentes na Portaria n.º 96/2013 da CAPES, ressaltamos o de “orientar a atuação dos bolsistas de iniciação à docência conjuntamente com os supervisores das escolas envolvidas” (Brasil, 2013, art. 41, inciso IV). Já o professor da escola de educação básica é responsável por acompanhar o licenciando no desenvolvimento de atividades pedagógicas junto aos alunos. Dentre os deveres do supervisor indicados na mesma portaria, destacamos o de “elaborar, desenvolver e acompanhar as atividades dos bolsistas de iniciação à docência” (Brasil, 2013, art. 42, inciso I).

Destacamos ainda que a legislação referente ao PIBID se refere ao supervisor como coformador, reconhecendo sua atuação no processo de formação de novos professores

para a educação básica. Dessa forma, o programa estabelece que o licenciando conta com dois formadores em sua iniciação à docência – o professor da sua Licenciatura e o professor da escola na qual atua no PIBID.

Para que um curso de Licenciatura participe do programa, será necessário enviar um projeto institucional, de acordo com as orientações fornecidas pela CAPES quando lança um edital para participação no PIBID. Uma vez aprovado o projeto, a IES passa a fazer parte do programa para desenvolver as atividades nele propostas no Projeto aprovado. Se mais de um curso de Licenciatura da IES desejar participar do programa, deverá ser desenvolvido apenas um projeto institucional, com as Licenciaturas contempladas em subprojetos voltados às várias dimensões da iniciação à docência.

O projeto institucional deve ser desenvolvido a partir da articulação entre a IES e o sistema público de educação básica. A Portaria n.º 96/2013 prevê que as atividades do PIBID aconteçam em escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio da educação básica, podendo atender também a jovens e adultos, pessoas com deficiências, comunidades quilombolas, indígenas e educação do campo. A portaria recomenda que sejam escolhidas escolas que tenham um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) abaixo da média nacional e também aquelas escolas com experiências bem-sucedidas de ensino e aprendizagem, a fim de que o licenciando possa vivenciar diferentes realidades educacionais. Na mesma portaria, há ainda a recomendação de que as escolas selecionadas sejam as que já participam de programas do Ministério da Educação, como o Programa Mais Educação, por exemplo (Brasil, 2013).

A atuação do bolsista de iniciação à docência na escola estará de acordo com o que prevê o projeto institucional e o planejamento realizado junto ao coordenador de área e ao supervisor. A carga horária mínima de atuação será de 8 horas semanais. Um coordenador de área acompanha a atuação de não menos do que 5 e não mais do que 20 bolsistas de iniciação à docência, enquanto um supervisor é responsável pela atuação de 5 a 10 bolsistas de iniciação à docência junto aos alunos da escola (Brasil, 2013).

Às IES participantes do programa, a CAPES também concede recursos financeiros, de custeio ou capital, para a execução dos projetos aprovados, sendo destinados apenas às

atividades previstas no projeto institucional. Os recursos de custeio são destinados à aquisição de material de consumo, serviços de terceiros, diárias e passagens e despesas com locomoção. Já os itens de capital se referem a equipamentos e material permanente, desde que demonstrem relevância para a execução do projeto (Brasil, 2013).

A Portaria n.º 96/2013 prevê ainda a organização de Seminários Institucionais, compreendidos como seminários internos de acompanhamento e avaliação do programa, nos quais os bolsistas de iniciação à docência deverão “apresentar formalmente os resultados parciais e finais de seu trabalho, divulgando-os nos seminários de iniciação à docência promovidos pela instituição” (Brasil, 2013, art. 43, inciso IX).

Uma inovação da Portaria n.º 96/2013 estabelece que, “a critério da IES, poderá ser admitida a participação de professores e alunos voluntários no projeto, desde que atendam aos mesmos requisitos dos bolsistas e cumpram os deveres do programa” (Brasil, 2013, art. 37); estes participantes não poderão receber nenhum tipo de auxílio financeiro proveniente do PIBID.

A representatividade do PIBID no cenário das políticas educacionais brasileiras também pode ser constatada na menção ao programa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), n.º 9.394/96, ao se reportar aos profissionais da educação, no art. 62, que trata da formação docente:

§ 5.º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior (Incluído pela Lei n.º 12.796, de 2013). (Brasil, 1996, art. 62, § 5.º)

Esse parágrafo prevê como responsabilidade dos entes federativos incentivar a formação de professores para a educação básica e destaca como meio desse incentivo o

programa institucional de bolsa de iniciação à docência, reconhecendo o PIBID como política voltada à formação de professores por parte da legislação.

Em 2014, a Lei n.º 13.005, de 25/06/14, aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), com vigência de 10 anos, que apresenta vinte metas a serem atingidas e desdobradas em estratégias para a ação. Destacamos a meta 15, que se refere à necessidade de assegurar que a formação dos professores da educação básica seja feita em cursos de Licenciatura na área do conhecimento em que atuam, sendo uma de suas estratégias “ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de Licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica” (Brasil, 2014, meta 15, estratégia 15.3). Dessa forma, o PNE indica a relevância de ações de iniciação à docência junto à formação inicial de professores, como o PIBID.

4. Dois estudos avaliativos sobre o PIBID

Gatti *et al.* (2014) realizaram um diagnóstico dos problemas e potencialidades do programa junto aos seus participantes. Ao responderem a um questionário² pelo *Google Drive*, além de fornecerem dados sobre tempo de atuação no PIBID, instituição a que pertenciam e Licenciatura cursada, os 38 000 respondentes dessa pesquisa foram solicitados a avaliar o programa para sua formação profissional, emitir seu depoimento sobre sua importância e apontar críticas e/ou sugestões.

As respostas foram categorizadas e indicaram que o programa foi muito bem avaliado pelos participantes da pesquisa:

Observou-se como o PIBID é valorizado em todos os níveis, por todos os participantes que responderam aos questionários. Os depoimentos são muito

² O questionário utilizado pode ser consultado no endereço eletrônico: <https://docs.google.com/spreadsheet/viewform?formkey=dFhqGdiMndQbzNGTzQyMDINUGFDWlE6MA#gid=1> (Gatti & Gimenes, 2013, p. 13).

positivos, em sua imensa maioria; os detalhes oferecidos para justificar essa positividade são inúmeros e se expressam nas contribuições descritas. [...] Sem dúvida, pelos dados até aqui analisados, esse é um programa de grande efetividade no que se refere à formação inicial de professores. (Gatti *et al.*, 2014, p. 103)

Especificamente sobre a formação continuada dos professores das instituições de ensino superior (IES) e das escolas de educação básica participantes do programa, os resultados também foram positivos. Gatti *et al.* (2014) constataram que:

[...] o Pibid traz um grande estímulo ao desenvolvimento de ações compartilhadas e trocas coletivas, o que enriquece as formações. Nesse sentido, há destaque para o favorecimento tanto da formação de verdadeiras equipes entre docentes das IES, Licenciandos Bolsistas e Professores Supervisores, quanto para o desenvolvimento de ações interdisciplinares. (p. 38)

Assim, tanto o coordenador de área como o supervisor indicaram que participar do PIBID tem sido um meio de formação continuada. Em relação aos coordenadores de área participantes da pesquisa, os autores consideram “que o programa contribui com um processo de formação continuada dos próprios professores das IES, que se veem desafiados pelas realidades das escolas e conseqüentemente das práticas docentes” (Gatti *et al.*, 2014, p. 37). Sobre o supervisor, podemos dizer que o programa “contribui com uma formação continuada qualificada dos docentes das escolas e gera estímulo para a busca de novos conhecimentos e para a continuidade de estudos” (Gatti *et al.*, 2014, pp. 104-105).

De maneira geral, os resultados da pesquisa de Gatti *et al.* (2014) mostraram que os participantes da pesquisa avaliam o programa como positivo, indicando pontos de ajustes necessários para sua melhoria. As respostas dos questionários revelaram a

efetividade do PIBID como fortalecedor da formação inicial docente, atuando também na formação continuada dos professores envolvidos e na aproximação necessária entre IES e escola de educação básica, levando até mesmo ao repensar dos currículos dos cursos de Licenciatura.

André (2017) pesquisou a inserção profissional de egressos de três programas educacionais: o PIBID, em âmbito federal; o Bolsa Alfabetização, relativo ao governo do estado de São Paulo; e o Programa de Residência Pedagógica da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Os resultados do estudo revelam que, dos 1237 egressos participantes da pesquisa, 67% estão atuando na docência e 60% na rede pública. Sobre os egressos que não estavam atuando na área, os dados revelaram que 47% estavam aguardando uma oportunidade, o que indica a intenção de prosseguir na educação. Além disso, a maioria dos egressos afirmou que ter participado de um programa de iniciação à docência auxiliou no início do trabalho em sala de aula. Dados como esses comprovam a relevância do PIBID na formação inicial de professores e enfatizam sua contribuição para a educação pública brasileira, na medida em que a maioria dos egressos se inseriu profissionalmente em escolas públicas de educação básica.

5. O processo de dificuldades enfrentado pelo PIBID e sua remodelação

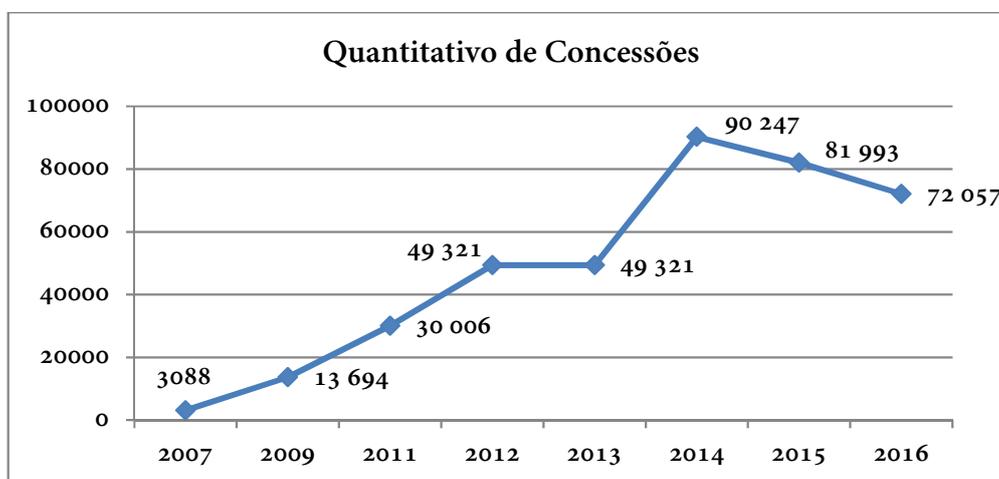
Apesar dos resultados positivos alcançados pelo programa, alguns percalços começaram a se interpor à operacionalização das suas atividades, como esclarece o Relatório de Gestão da DEB 2009-2014:

A ampla adesão das instituições formadoras ao Pibid fez com que a meta física estabelecida em cada edital fosse ultrapassada. No entanto, a meta de 100 000 bolsistas proposta para 2014 não pôde ser alcançada em função de limites orçamentários impostos. (Brasil, 2015, p. 64)

Assim, em 2014, o quantitativo cumulativo de concessões chegou a 90 247 bolsas. Segundo o Relatório de Gestão da CAPES relativo ao ano de 2015, foram concedidas 81 993 bolsas (Brasil, 2016), o que representa um decréscimo nas concessões de 8254 bolsas.

Em relação ao ano de 2016, a CAPES publicou uma nota em seu site institucional, divulgando os números de 2016. O total de bolsas concedidas pelo PIBID foi de 72 057, sendo 58 055 para bolsistas de iniciação à docência, 9019 para supervisores e 4983 para os professores dos cursos de Licenciatura (coordenadores de área, coordenadores institucionais e coordenadores de gestão de processos educacionais). Em 2016, portanto, o programa perdeu 18 190 bolsas, se comparado com o quantitativo de 2014, o que pode ser considerado uma perda significativa. O Gráfico 2 apresenta a trajetória de crescimento do PIBID e também as perdas no quantitativo das concessões a partir de 2015.

Gráfico 2. Quantitativo cumulativo de concessões de bolsas no intervalo de 2007 a 2016



Fonte: Elaboração da autora.

Esse quadro de retração é decorrente de uma difícil situação política e econômica enfrentada pelo País, trazendo um cenário de instabilidade e afetando os programas educacionais – dentre eles, o PIBID –, com a ameaça de cortes profundos nas bolsas concedidas, o que comprometeria a continuidade de vários projetos. Um movimento

de articulação política, que ficou conhecido como FICA PIBID, foi iniciado pelas IES e escolas de educação básica envolvidas no programa. Esse movimento se propagou nas redes sociais e realizou passeatas em prol da continuidade das ações, conseguindo ampla mobilização nacional. Destacamos, nesse contexto, o protagonismo do Fórum dos Coordenadores Institucionais do PIBID (FORPIBID)³, que propôs várias ações de mobilização, articulando inclusive com parlamentares as reivindicações dos integrantes do programa e conseguindo apoio às demandas apresentadas. Como resultado dessa mobilização nacional em prol do PIBID, o anunciado corte profundo não foi realizado. Entretanto, cortes nas bolsas concedidas vêm sendo feitos ao longo do tempo, o que já resultou na diminuição significativa do número de integrantes do PIBID. Em 2014, como apresentamos anteriormente, o programa contava com o quantitativo de 90 247 bolsas. De acordo com informações do site da CAPES, em agosto de 2016, o programa passou a contar com 72 218 bolsas. Tais ações estão em desacordo com o Decreto n.º 8.752/2016, que trata da política nacional de formação dos profissionais da educação básica, mencionando, no artigo 11, o apoio técnico e financeiro por parte do Ministério da Educação a “VII – programas de iniciação à docência, inclusive por meio de residência pedagógica; e VIII – residência docente, que estimulem a integração entre teoria e prática em escolas de comprovada qualidade educativa” (Brasil, 2016, art. 11, incisos VII, VIII).

Objetivando retirar o PIBID desse cenário de instabilidade e desconstrução, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 5180/2016, que pretende instituir o programa em lei. O projeto obteve voto pela aprovação da integralidade de suas propostas, seguindo ainda para ser votado no plenário da comissão, de acordo com informações disponibilizadas pelo FORPIBID, que acompanha a tramitação. A aprovação desse projeto constitui passo importante para tornar o PIBID uma política

³ O Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Forpibid) foi aprovado em reunião dos coordenadores institucionais dos projetos do PIBID reunidos em Uberaba-MG em 2013. A ideia é criar uma entidade de caráter permanente para atuar como interlocutor entre os projetos PIBID e a CAPES e demais órgãos e instituições. Disponível em: <http://www.paulorosa.docente.ufms.br/FORPIBID/o-que-e-.html>. Acesso em 30 nov. 2016.

de Estado, angariando segurança estrutural e apoio estável à operacionalização do programa, ao afastar o clima de incertezas e os retrocessos vivenciados cotidianamente por seus integrantes.

Contudo, no início de 2018, o Ministério da Educação (MEC) anunciou mudanças no programa, apresentando uma nova Política de Formação de Professores, que conta com o Programa de Residência Pedagógica⁴, destinado aos licenciandos nos períodos finais do curso, enquanto o PIBID fica limitado aos licenciandos dos períodos iniciais. A reestruturação realizada pelo MEC, por meio do edital lançado em março de 2018⁵, pôs fim às atividades dos projetos do PIBID em funcionamento, gerando forte reação por parte do FORPIBID e demais participantes, que têm se mobilizado pela prorrogação dos projetos em funcionamento até a implementação do novo formato do PIBID.

6. Considerações finais

A trajetória de crescimento do PIBID, brevemente aqui apresentada, evidencia o interesse crescente de participação no programa e a aprovação quanto aos seus princípios e normas de funcionamento. A valorização da formação e do trabalho docente é constatada em diversos aspectos, como na adoção da escola como lócus da formação experienciada (Corrêa, 2017), que oportuniza ao bolsista de iniciação à docência a reflexão sobre a atividade docente no contexto real no qual ela acontece; no reconhecimento do trabalho do supervisor como coformador; na remuneração de todos os envolvidos no programa, uma vez que desempenham funções específicas que justificam a valorização em termos financeiros, dentre outros aspectos.

As pesquisas apresentadas revelam potencialidades do PIBID, mas também indicam pontos de melhoria imprescindíveis ao seu aperfeiçoamento. Ao completar 10 anos de existência, a luta do FORPIBID se intensificou, buscando garantir junto aos parlamentares brasileiros a continuidade desse programa que trouxe contribuições à

⁴ <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica>. Acesso em 02/04/2018.

⁵ <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/27032018-Edital-7-Pibid-Alteracao-II.pdf>. Acesso em 02/04/2018.

educação brasileira, como atestaram os egressos da pesquisa apresentada (André, 2017). Contrariando a expectativa de continuidade e ampliação do PIBID, a reestruturação empreendida pelo MEC encerra um ciclo que mostrou ser promissor, abrindo um horizonte de incertezas diante dos rumos do PIBID na atualidade.

7. Agradecimentos

Agradecimento especial à Prof.^a Dra. Maria da Assunção Calderano, por sua preciosa orientação ao longo dos meus estudos doutorais, e à CAPES, pela bolsa de fomento concedida.

8. Referências bibliográficas

- André, M. (2017). Inserção profissional de egressos de programas de iniciação à docência. 38.^o *Reunião Nacional da ANPED*. São Luís do Maranhão.
- Corrêa, C. P. Q. (2017). *A formação dos formadores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora/MG.
- CAPES (2010). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2010*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital18_PIBID2010.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- CAPES (2010). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – Diversidade ano de 2010*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital002_2010_CapesSecad_PIBIDiversidade_1711_02.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- CAPES (2011). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2011*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_001_PIBID_2011.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.
- CAPES (2012). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2012*. Disponível em:

<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/Edital_011_Pibid-2012.pdf>.

Acesso em: 29 nov. 2016.

CAPES (2013). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2013*. Disponível em: http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_061_2013_PIBID.pdf. Acesso em: 29 nov. 2016.

CAPES (2013). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) ano de 2013*. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_066_2013_Pibid-Diversidade-692013.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Gatti, B. A., Andre, M. E. D., & Gimenes, N. A. S. (2013). *Relatório 1. Avaliação qualitativa dos projetos PIBID implementados em Instituições de Ensino Superior – IES localizadas nas regiões Sul e Sudeste: caracterização, análise das respostas dos coordenadores institucionais e de área e professores-supervisores*. CAPES.

Gatti, B. A., Andre, M. E. D., Gimenes, N. A. S., & Ferragut, L. (2014). Um estudo avaliativo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). *Coleção Textos FCC*, v. 41, 4-117.

Gouvêa, F. C. F. (2012). A institucionalização da pós-graduação no Brasil: o primeiro decênio da Capes (1951-1961). *RBPG*, Brasília, v. 9, n. 17, 373-397, jul.

Neto, N. C. S., Lopes, S. F., Torres, J. C., & Brandão, C. F. (2016). A inserção da Capes na formação de professores da educação básica no Brasil. *EccoS – Rev. Cient.*, n. 40, 145-161, maio/ago.